



# Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Denise Pereira  
(Organizadora)

**Denise Pereira**

(Organizadora)

# Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C198	Campos de saberes da história da educação no Brasil 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 2)  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-455-9 DOI 10.22533/at.ed.559190507  1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série.  CDD 370
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O BORDADO NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Isabella Brandão Lara Ana Maria de Oliveira Galvão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	
Bruna Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A ANPUH-SP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAULISTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS	
Ana Paula Giavara	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
DIFERENTES CENÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL	
Dehon da Silva Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
ENSINO DE HISTÓRIA EM MUSEUS: A EXPERIÊNCIA DA MEDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Priscila Lopes d’Avila Borges	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
O PROCESSO INQUISITORIAL 8064 À LUZ DA MICRO-HISTÓRIA	
Guilherme Marchiori de Assis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>71</b>
OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA: O CASO DO <i>LEPROSÁRIO</i> CEARENSE ANTÔNIO DIOGO (1928-1939)	
Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905077</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>82</b>
PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O ESTUDO DO MEIO COMO PRÁTICA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcos Rafael da Silva Tathianni Cristini da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905078</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
DIÁLOGOS POSSÍVEIS PARA A (RE)INTERPRETAÇÃO DA CULTURA MATERIAL DOS MUSEUS Wagner Lucas Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5591905079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>101</b>
O MITO LUSITANO DO LICANTROPO E SUA HERANÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO Maximiliano Ruste Paulino Corrêa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>111</b>
A FALA COMO APRENDIZADO NAS PRÁTICAS DA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA Reginaldo José da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>124</b>
A INFLUÊNCIA DOS TUTORES NA EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS EM MARIANA (1790-1822) Leandro Silva de Paula	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>131</b>
A LEITURA DAS ATAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (1964 – 1985) Flávio William Brito Matos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>142</b>
O CONSELHO DE INTENDÊNCIA DO SERRO/MG E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1892 Danilo Arnaldo Briskievicz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>155</b>
A POLÍTICA DE INCENTIVO ÀS MANUFATURAS TÊXTEIS EM PORTUGAL SÉCULO XVII: DOS DISCURSOS DE DUARTE RIBEIRO DE MACEDO À GESTÃO DO 3º CONDE DA ERICEIRA Alex Faverzani da Luz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>172</b>
AS RECORDAÇÕES IMPERTINENTES DE ISAÍAS CAMINHA: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, AUTOBIOGRAFIA E LITERATURA NA PRODUÇÃO DO ESCRITOR LIMA BARRETO Carlos Alberto Machado Noronha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050716</b>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>181</b>
A PROCESSUALIDADE DE UMA POLÍTICA COOPERATIVA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
Reginaldo Célio Sobrinho	
Edson Pantaleão	
Giselle Lemos Shmidel Kaustsky	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>190</b>
CONHECIMENTOS SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: BASE PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Giselle Lemos Schmidel Kautsky	
Reginaldo Celio Sobrinho	
Edson Pantaleão Alves	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>199</b>
DIREITOS SOCIAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS	
Monica Isabel Carleti Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>210</b>
CENTROS DE PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL	
Bárbara Birk de Mello	
Luiz Antonio Gloger Maroneze	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>221</b>
DESAPRENDENDO O JÁ SABIDO: O “ESTADO NOVO” NO EMBALO DO SAMBA	
Adalberto Paranhos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>238</b>
CINEMA, CULTURA POPULAR E MEMÓRIA NA VISÃO DO CINEASTA HUMBERTO MAURO	
Sérgio César Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>248</b>
DAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARA AS TELAS: A REPRESENTAÇÃO DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CINEMA BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970	
Renata dos Santos Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>259</b>
O LUGAR DO MÚSICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E REGIONAL	
Douglas José Gonçalves Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050724</b>	

<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>269</b>
ROTAS DE TEATRO, BRASIL E PORTUGAL: ENCENAÇÕES, ENGAJAMENTO E CRIAÇÃO ARTÍSTICA NOS ANOS 1960 E 1970	
Kátia Rodrigues Paranhos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050725</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>281</b>
FICCIONALIZANDO REALIDADES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA EM “THE HANDMAID’S TALE”, DE MARGARET ATWOOD	
Isabela G. Parucker	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050726</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>290</b>
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050727</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>301</b>
NO SÉCULO XVIII, OS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO	
Gilian Evaristo França Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050728</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>316</b>
A METODOLOGIA KELLYANA APLICADA À TEMÁTICA INDÍGENA	
Rosemary Pinheiro Da Paz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050729</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>329</b>
UMA VISÃO DOS INDÍGENAS DO SUL DE MINAS NOS RELATOS DE ALGUNS MEMORIALISTAS	
Gustavo Uchôas Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050730</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>340</b>
INTERCÂMBIO DE IDEIAS: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ARTHUR RAMOS E MELVILLE HERSKOVITS (ACERCA DA CULTURA AFRO-AMERICANA, 1935-1949)	
Heloísa Maria Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050731</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>352</b>
ENSINO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO: O VALOR DA CAPOEIRA	
Jefferson Pereira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.55919050732</b>	

**CAPÍTULO 33 ..... 363**

ESMERALDINAS, CREMILDAS E LOURDES:TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS/PARÁ (2005-2016)

João Marinho da Rocha

Marilene Correa da Silva Freitas

**DOI 10.22533/at.ed.55919050733**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 372**

## DAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARA AS TELAS: A REPRESENTAÇÃO DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CINEMA BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970

**Renata dos Santos Ferreira**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Rio de Janeiro – RJ

**RESUMO:** Neste artigo proponho um estudo sobre a representação do Esquadrão da Morte em três filmes brasileiros realizados no final da década de 1970: “Lúcio Flávio, passageiro da agonia” (Hector Babenco, 1977), “Eu matei Lúcio Flávio” (Antônio Calmon, 1979) e “República dos assassinos” (Miguel Faria Jr., 1979). A proposta consiste em identificar leituras e representações de um momento histórico e político. Violência de Estado, corrupção policial e denúncia social são elementos que compõem as tramas que apresentam uma visão do Brasil na ditadura civil-militar (1964-1985).

**PALAVRAS-CHAVE:** Cinema policial; Esquadrão da Morte; Violência de Estado.

FROM THE PAGES OF THE NEWSPAPERS  
TO THE SCREENS:

THE REPRESENTATION OF THE DEATH  
SQUAD IN THE BRAZILIAN CINEMA OF THE  
1970S

**ABSTRACT:** In this article I propose a study on the representation of the Death Squad in

three Brazilian films made in the late 1970s: “Lúcio Flávio, passenger of the agony” (Hector Babenco, 1977), “I killed Lúcio Flávio” (Antônio Calmon, 1979) and “Republic of the assassins” (Miguel Faria Jr., 1979). The proposal consists in identifying readings and representations of a historical and political moment. State violence, police corruption and social denunciation are elements that compose the plots that present a vision of Brazil in the civil-military dictatorship (1964-1985).

**KEYWORDS:** Police movies; Death Squad; State violence.

### 1 | INTRODUÇÃO

Na edição da revista *Veja* de 21 de novembro de 1979 chama a atenção uma matéria intitulada “Culto sinistro”, publicada na página 156, na seção dedicada ao cinema. O artigo, assinado pelo crítico cinematográfico Paulo Perdigão, destacava um novo filão nas telas brasileiras, o “esquadrão da morte”. Logo nas primeiras linhas, com certa ironia, Perdigão comenta que nenhuma personalidade brasileira em vida, fosse Getúlio Vargas, Pelé ou Emerson Fittipaldi, havia conseguido em tão pouco tempo tamanha evidência no cinema nacional como o ex-policial Mariel Moryscotte de Mattos, que em menos de dois anos serviu

de inspiração para personagens de três filmes: “Lúcio Flávio, passageiro da agonia” (1977), de Hector Babenco; “Eu matei Lúcio Flávio” (1979), de Antônio Calmon; e “República dos assassinos” (1979), de Miguel Faria Jr.

Esses três filmes tinham algo mais em comum, além de Mariel Moryscotte e das críticas da imprensa dirigidas às suas abordagens a respeito do Esquadrão da Morte. Traziam em seus enredos interpretações sobre a violência perpetrada pelo Estado brasileiro no período da ditadura civil-militar. Eram, enfim, produtos de um contexto político e manifestavam pontos de vista diversos sobre o tema.

O simples fato de o cinema nacional ter produzido três longas-metragens que representassem de diferentes maneiras o Esquadrão da Morte no final da década de 1970 merece ser analisado, uma vez que as interpretações que os filmes trazem sobre os policiais justiceiros e seus atos – ora condenando, legitimando e até glamourizando suas atividades – apontam uma série de fatores importantes e revelam muitos aspectos sobre aquele momento da história do Brasil.

A princípio, um estudo sobre a representação do Esquadrão da Morte no cinema brasileiro deve considerar duas questões: o fenômeno do Esquadrão na imprensa, que vai dar origem aos roteiros cinematográficos; e a análise e recepção dos filmes.

Para estudar esses três filmes, a principal matriz teórica vem de Marc Ferro, pioneiro nos estudos sobre a relação entre cinema e história. É a partir dessa vinculação entre cinema e história que se propõe uma análise sobre um gênero de filme, um estilo de roteiro e de filmagem e um modo de produção bastante característico de um período da cinematografia brasileira: o cinema policial dos anos 1970, especialmente aquele que buscava inspiração na crônica policial do cotidiano, repleta de casos e personagens que ainda hoje ocupam espaço no imaginário popular.

Segundo Marc Ferro, é preciso analisar a produção, difusão e recepção para compreender o filme e também a realidade que ele possa representar, associá-lo com o mundo que o produz. O filme é reconhecido então como testemunho de um tempo e, por meio dele, o historiador é capaz de perceber a sociedade que este permite entrever, detectar o “sentido latente”.

A relação história-cinema é analisada por uma corrente de historiadores a partir dos conceitos de representações desenvolvidos por Roger Chartier, ou seja, o filme como um objeto da história cultural, como resultado de uma configuração histórica, as imagens como representações em relação a algo, a interpretação de uma realidade. Nessa linha, José D’Assunção Barros (2012) assevera que o cinema funciona como um instrumento extremamente útil para o estudo das sociedades, uma vez que ideologias, relações de poder e padrões de cultura estão presentes no contexto da obra.

Para Robert Rosenstone (2015), uma das questões capitais é a forma como historiadores podem trazer novas visões sobre a história por meio do cinema. Já Gutfreind nos lembra que, sobretudo nos anos 1970 e 80, o diálogo entre as disciplinas possibilitou que se desenvolvessem diversos estudos sobre o cinema, englobando desde a referência à psicanálise e a ligação entre cinema e filosofia até a renovação

do debate entre cinema e história. Ela assim avalia a experiência do cinema frente à sociedade:

O cinema pode ser compreendido como uma estrutura plural que engloba produção, consumação, hábitos, criatividade, valores simbólicos e imaginários que dizem respeito a uma sociedade específica. Nesse sentido, um dos vários campos que compreende o estudo de cinema se interessa pela organização sociocultural da sua produção e pelo que a experiência fílmica aporta a uma sociedade específica; mais particularmente, podemos dizer que o cinema, como outras mídias, funciona como um produto de base da sociedade contemporânea, participando da psique da comunidade, da consciência e da experiência dos indivíduos (GUTFREIND, 2006, p. 2).

Ao considerar que o cinema, como produto da sociedade contemporânea, envolve e participa da consciência e experiência de uma comunidade (GUTFREIND, 2006), e com base nas reflexões de historiadores como Robert Rosenstone, Marc Ferro, Michele Lagny e Roger Chartier, e também Mônica Kornis, Eduardo Morettin e Alcides Freire Ramos, a análise dos filmes pode ser feita interpretando-os como fonte para compreensão de uma sociedade e de um momento histórico e político, e deve levar em conta, além de enredo, diálogos e roteiros, elementos específicos da linguagem cinematográfica como trilha sonora, cenários, atuação, gênero e sua especificidade discursiva. Serão objetos de estudo, além da obra dos diretores, o sistema de produção, público espectador, críticas e repercussão na mídia.

Antes de analisar cada um dos filmes, com base nas teorias e metodologias desenvolvidas com o objetivo de pesquisar a relação entre cinema e história, é importante entender o fenômeno que ensejou essas produções cinematográficas.

As contribuições que fundamentam esta análise vêm de diversas disciplinas: história, ciências sociais, estudos no campo da comunicação, jornalismo, teoria do cinema etc.

## 2 | O ESQUADRÃO DA MORTE NA IMPRENSA

Em uma pesquisa no acervo *online* de um dos jornais mais importantes do Rio de Janeiro, *O Globo*, a expressão “esquadrão da morte” aparece em algumas edições na década de 1930. A primeira delas data de 1º de agosto de 1936, é a manchete do dia: “Prisioneiros e reféns sumariamente fuzilados! Bandos da Frente Popular implantam o regime de terror na Catalunha”. Refere-se aos combates da Guerra Civil Espanhola. Rebeldes pertencentes ao exército regular espanhol que pilotavam aviões carregados de explosivos e estavam dispostos a tudo para cumprir seus objetivos, inclusive morrer, formavam o “esquadrão da morte”.

Em 19 de março de 1938, a edição matutina noticiava os planos dos integralistas para tomar o poder e mencionava a formação de um esquadrão da morte para auxiliar nesse propósito. Já em 23 de fevereiro de 1939, o destaque era o recém-

falecido aviador brasileiro, Guilherme Fischer, que participara do esquadrão da morte da aviação naval norte-americana. A julgar por essas matérias, os membros desses “esquadrões da morte” defendiam em seus ofícios e atividades algum ideal ou, pelo menos, acreditavam que teriam intenções mais ou menos nobres, ainda que suas funções fossem matar pessoas em nome da conquista de poder político. O mundo estava à beira da Segunda Guerra.

É na edição matutina de 20 de janeiro de 1958 do *Globo*, na coluna do jornalista e dramaturgo Henrique Pongetti (“Henrique Pongetti apresenta o show da cidade”), página 3, que vemos pela primeira vez a menção a um grupo de extermínio de criminosos denominado pelo jornalista como “esquadrão da morte”. A pequena matéria tem como título “Júri na madrugada” e defende claramente a atitude de policiais do Rio de Janeiro que agem como os colegas de Chicago e Nova Iorque na época de ouro do *gangsterismo*: executam criminosos “contra os quais o emprego da justiça comum seria uma irrisão, seria desprezo pela vida e pela propriedade dos homens de bem”.

O que Pongetti afirma em sua coluna no jornal – e isso era comum em outros periódicos da época – é o apoio que grupos de extermínio de criminosos comuns, conhecidos como esquadrões da morte, tiveram por parte da imprensa e da população, que confiava no discurso moralista de defesa da sociedade e preservação da ordem pública contra o crime. As ocorrências do termo “Esquadrão da Morte” em *O Globo* aumentaram consideravelmente a partir de 1959, o que indica que o Esquadrão já fazia parte da rotina do noticiário policial do Rio de Janeiro.

No ano de 1957, a Associação Comercial do Rio de Janeiro cobrava do então Secretário do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), general Amaury Kruehl, medidas efetivas contra o aumento do número de roubos e assaltos no estado. O general criou então o Serviço de Diligências Especiais (SDE), “com permissão de ‘caçar bandido à bala’” (COSTA, 2003), que contou com o apoio de parte da imprensa e da sociedade. Os integrantes do SDE ficaram conhecidos como o primeiro Esquadrão da Morte do Rio de Janeiro.

Michel Misse resume a trajetória da violência policial entre as décadas de 1950 e 70, no Rio de Janeiro:

A tradicional violência da polícia carioca começa a atravessar etapas de acumulação que competem com as do banditismo urbano: o esquadrão criado por Kruehl em 1958, o aparecimento de novos esquadrões no início dos anos 60, a criação dos Homens de Ouro em 1964 e da Scuderie Le Cocq em 1962, a matança de bandidos em Caxias e no Rio em 1963, documentada por Santos Lemos no livro “Sangue no 311”, de 1967, os rótulos jornalísticos aplicados às chacinas de bandidos, atribuídas ao “Mão Branca” e a outras alcunhas macabras (“Rosa Vermelha”, “Lírio Branco” etc.), entre 1964 e 1971, a proliferação da “polícia mineira” na Baixada, na década de 70, documentada por Percival de Souza (Souza, 1980), são ainda hoje importantes referências dessa história (MISSE, 2002, n.p.).

Com milhares de associados e admiradores entre os anos 1960 e 70, a Scuderie Detetive Le Cocq, grupo extraoficial de combate ao crime formado por policiais, ficaria

conhecida como Esquadrão da Morte, devido ao fato de alguns de seus membros, entre eles Mariel Moryscotte, estarem envolvidos em assassinatos atribuídos ao Esquadrão. Foi batizada em homenagem ao agente Milton Le Cocq, morto em 1964 durante um tiroteio entre policiais e assaltantes liderados por Manoel Moreira, o Cara de Cavalo. Le Cocq pertenceu à Polícia Especial, atuante no Estado Novo de Getúlio Vargas, que agia na repressão política (COSTA, 1998).

Márcia Regina da Costa analisa o processo de formação de grupos de policiais com autorização para exterminar criminosos comuns a partir da década de 1950, no Rio de Janeiro, em resposta ao aumento do número de crimes propagandeado pela imprensa:

(...) a formação de grupos de policiais com a missão dada pelas autoridades para matar, caso fosse necessário, supostos marginais foi um dos fatos que anunciaram os novos tempos de violência. O Estado, personificado no chefe de polícia da então capital do Brasil, com o aval de políticos, de parte da imprensa, comerciantes e de setores da população, delegou o uso da violência de forma extralegal a um grupo de policiais com a missão de limpar a sociedade de “perigosos bandidos”. O resultado disso foi que o Esquadrão da Morte, nos anos seguintes, utilizaram e pilharam (sic) o Estado para garantir a realização de seus interesses privados (COSTA, 1998).

Um dos grupos mais conhecidos foi criado em 1969, pelo secretário de segurança pública carioca, general Luiz de França Oliveira, durante o governo Negrão de Lima. Era formado por 12 policiais considerados de elite, batizados como “Homens de Ouro”, com liberdade para combater o crime a qualquer custo. As ações violentas e os assassinatos praticados pelos policiais desse e de outros grupos, bem como as denúncias de corrupção tiveram grande repercussão e apelo na imprensa da época, especialmente em jornais populares como *Última Hora*, *A Luta Democrática* e *O Dia*, entre o final dos anos de 1950 e início dos 1970, período em que, segundo Márcia Costa (1999), jornais e revistas deram maior destaque à violência urbana (DAEMON; MENDONÇA, 2011; JUPIARA; OTÁVIO, 2015; SILVA, 2016).

Para Maria Cristina Vicentin (2011), os meios de comunicação são construtores privilegiados de representações sociais sobre crime e violência, uma vez que nomeiam, classificam, produzem e legitimam sentidos e discursos sobre estas práticas. Portanto, o fato de Mariel Moryscotte inspirar personagens no cinema não foi mero acaso. Um dos 12 Homens de Ouro, membro mais conhecido do Esquadrão da Morte, era um personagem símbolo de uma estrutura de poder e do aparato repressivo-policial. Construiu sua fama com a ajuda de alguns repórteres que alimentavam o mito do justiceiro, o “Ringo de Copacabana”, no decorrer dos anos 1960. Chegou até a participar do programa de televisão de Flávio Cavalcanti, na qualidade de defensor da sociedade.

Sua derrocada começou no início da década de 1970. Acusado de cometer diversos crimes, acabou expulso da polícia e condenado pela Justiça. As prisões e

fugas de Mariel, além das suas conquistas amorosas, entre outras façanhas, eram notícia nos jornais. Acabou assassinado em outubro de 1981, aos 41 anos, após se envolver em disputas com a cúpula da contravenção do jogo do bicho (ARGOLO, 2009). Seu desaparecimento, porém, não significou o esquecimento. Informações sobre as investigações de seu assassinato continuaram a ser publicadas por mais de um ano. Em 1983, a morte de uma jovem em um acidente de automóvel foi noticiada devido ao fato de ela ter sido namorada de Moryscotte.

Mariel e seus colegas do Esquadrão da Morte apreciavam a notoriedade e a admiração que provocavam. Jornalistas lendários como David Nasser (*O Cruzeiro*), Amado Ribeiro (*Última Hora*), Adriano Barbosa (*O Globo*), entre outros, contribuíram de alguma forma para que o Esquadrão e Mariel continuassem a render assunto nos jornais, e isso propiciou aos repórteres uma certa estima por parte dos policiais. Adriano Barbosa é autor inclusive de dois livros sobre o tema: “Mariel, um Ringo a sangue frio” e “Esquadrão da Morte, um mal necessário?”, ambos publicados em 1971. Amado Ribeiro escreveu “Esquadrão da Morte” (1969), em parceria com Pinheiro Júnior.

Ainda na década de 1970, o outro lado do Esquadrão da Morte, no Rio e em São Paulo, seria denunciado em livros: “Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte”, de Hélio Bicudo (1976), um corajoso relato sobre violência policial, impunidade, corrupção e falência da segurança pública no estado de São Paulo; “Lúcio Flávio, passageiro da agonia”, de José Louzeiro (1976); e “República dos assassinos”, de Aguinaldo Silva (1976), romances-reportagens que deram origem aos roteiros dos filmes e enfocavam os crimes cometidos pelo Esquadrão.

Giorgio Agamben define como uma prática essencial dos Estados contemporâneos, incluindo os democráticos, a criação voluntária de um estado de emergência permanente, ainda que não declarado no sentido técnico, que permita eliminar fisicamente aqueles que não se integrem de alguma forma ao sistema político. E nos dá elementos para examinar o caso brasileiro, em que, além da questão das adversidades políticas, existe também um importante aspecto social, e é este que prevalece quando se trata do caso específico do Esquadrão da Morte no Rio de Janeiro. A realidade brasileira de certa forma aprofunda ainda mais o conceito de estado de exceção tal como o caracteriza Agamben, pois aqui o inimigo vem das camadas mais pobres da população, cujos direitos de cidadania nunca se consolidaram realmente, e cujos desejos ameaçam constantemente a soberania de uma casta de privilegiados. Ainda hoje, alguns segmentos da população acreditam que a melhor maneira de resolver a questão da criminalidade é a eliminação dos marginalizados que desafiam a lei constituída. A criação do SDE pelo general Krueel, com permissão para os policiais atacarem bandidos “a bala”, é só mais um exemplo de como o Estado brasileiro, mesmo em períodos democráticos, atendeu com medidas extremas às exigências de parte da sociedade quanto à segurança pública.

Com o passar dos anos, a tendência era o fortalecimento da ideologia repressiva. O Golpe de 1964 só viria confirmar essa disposição para o autoritarismo e a defesa

de um *status quo*. E as mazelas sociais só se agravariam. Massaro (2011) observa que, a reboque da reestruturação produtiva dos anos 1970, o aumento da reserva de força de trabalho nos setores produtivos e de serviços tornou o desemprego um problema estrutural. Some-se a isso a miséria crescente, a precarização de serviços públicos – especialmente saúde e educação – e o incentivo ao consumismo, que Milton Santos considerava “a grande perversão do nosso tempo”, e teremos um contexto de insegurança e violência, que se transforma em estratégia de sobrevivência para a classe dominada e, ao mesmo tempo, instrumento de dominação pela classe dominante, conforme apontou Oliven (1983). Em um país de forte tradição punitiva no trato brutal com as classes mais baixas, como precisou Arantes (2007), os esquadrões da morte, em todas as suas constituições, só reforçam a política repressiva de extermínio de pobres marginalizados sob a justificativa da defesa da sociedade.

### 3 | A CRÔNICA POLICIAL NO CINEMA

As aventuras de Mariel Moryscotte, de policial justiceiro a foragido da justiça, além de alimentar o noticiário e a imaginação dos repórteres, certamente renderiam roteiros com boa probabilidade de obter sucesso nas bilheterias. E foi o que aconteceu.

Desde os primórdios do cinema brasileiro, o filme de gênero policial alcançava êxito de público: o pioneiro “Os estranguladores” (1906), de Giuseppe Labanca e Antonio Leal, reconstituía um crime acontecido em 1906, de grande repercussão na imprensa. Nas décadas seguintes, o cinema policial “mostrou-se não só político como periodicamente sensível a fatos e personagens disponíveis nas primeiras páginas dos jornais”, como constata o crítico cinematográfico Sérgio Augusto (1982), que classifica os filmes como *thrillers* tropicais. Com o passar do tempo, o gênero foi desenvolvendo características próprias e absorvendo elementos da cultura nacional (música, carnaval etc.).

Mas foi na década de 1970 que os filmes policiais tiveram maior popularidade e impacto. Diversos roteiros inspirados na crônica policial alimentaram o imaginário popular com anti-heróis, violência exagerada e estilizada, algum teor político e uma visão crítica da sociedade, ainda que superficial na maioria das vezes (RAMOS, 2004).

Baseado no livro homônimo do jornalista José Louzeiro e com direção de Hector Babenco, “Lúcio Flávio, passageiro da agonia” conta a história verídica de um famoso assaltante de bancos que atuou entre o final dos anos 1960 e início dos 70, Lúcio Flávio Lírio. Inteligente e articulado, filho da classe média, Lúcio Flávio acabou envolvido com o esquema de corrupção e extorsão da polícia do Rio de Janeiro, incluindo membros do Esquadrão da Morte. No filme, os detetives Bechara e Moretti, este inspirado em Mariel Moryscotte, tornam-se seus algozes. Lúcio denuncia todo o esquema e é assassinado na prisão, supostamente a mando dos policiais corruptos.

Por denunciar a falência institucional no âmbito da segurança pública no estado do Rio de Janeiro, “Lúcio Flávio” sofreu alguns cortes da censura oficial antes de

seu lançamento e causou polêmica por mostrar cenas de tortura na prisão. Mereceu a capa da edição 496 da revista *Veja*, de 8 de março de 1978, cujo título era “Lúcio Flávio, a vida real no cinema”.

Considerado como uma resposta ao filme de Babenco, o longa-metragem “Eu matei Lúcio Flávio”, dirigido por Antônio Calmon, é uma espécie de biografia, autorizada, de Mariel Moryscotte. Sua trajetória, de garoto do subúrbio carioca, salva-vidas e segurança de boates da Zona Sul até sua carreira na polícia, quando começa a fazer parte de um grupo de elite, é narrada de maneira a valorizar seus feitos e a valentia no combate a perigosos criminosos. Interpretado pelo ator Jece Valadão, que também produziu o longa, Moryscotte é tratado como um herói viril e sedutor, sem freios, que no final questiona sua prisão apesar de tudo o que fez em nome da segurança pública.

Quem hoje assiste a “Eu matei Lúcio Flávio” pode se deixar levar pelo estilo debochado e irônico e pela violência estilizada da fita, com forte apelo sexual nos moldes da pornochanchada que reinou no cinema brasileiro na década de 1970. Mas o filme de Calmon contém muito mais do que isso. Sabe-se que Valadão era amigo de Mariel Moryscotte, logo havia interesse em mostrar o outro lado da questão em relação ao assassinato de Lúcio Flávio Lirio. Está presente no filme um discurso de ódio contra a marginalidade, de defesa da sociedade com base na violência de Estado como solução para debelar o crime e proteger o cidadão.

O terceiro filme a ser analisado é “República dos assassinos”, de Miguel Faria Jr., que centra na figura do policial Mateus Romeiro, interpretado por Tarcísio Meira, galã das telenovelas. Romeiro é a versão para Mariel Moryscotte de Aguinaldo Silva, autor do romance que deu origem ao roteiro, publicado em 1976. Relata a ascensão e queda do policial, seu romance com uma cantora e sua participação num grupo de extermínio. O filme traz também as relações de cumplicidade entre a imprensa sensacionalista e autoridades políticas nos crimes cometidos pelo Esquadrão da Morte.

Altamente subversivo, “República” elege como verdadeiro herói da trama a travesti Eloína, que procura vingar a morte do companheiro, um ladrão que acaba sendo vítima da corrupção policial. É uma história de perdedores habituais que se redimem rompendo padrões e superando uma estrutura de poder por meio da violência, única possibilidade de reação, desde que usada com inteligência.

É possível observar nesses três longas-metragens discursos ideológicos que variam a critério dos diretores e produtores – a ênfase no heroísmo dos policiais e na violência como solução para combater a criminalidade no Rio de Janeiro (como sugere “Eu matei Lúcio Flávio”), o desfecho trágico do bandido romântico que denuncia a corrupção policial (“Lúcio Flávio, o passageiro da agonia”) ou a jornada pessoal do policial fictício Mateus Romeiro em estilo documental (“República dos assassinos”). Entretenimento popular, esse cinema muito específico do final da década de 1970, influenciado pela abertura política do governo Geisel e pelo afrouxamento da censura, trazia em suas narrativas um discurso político, o choque de valores morais, a denúncia

social e a representação de uma época. Expressava também os dramas e conflitos dos grandes centros urbanos, o mal-estar do subdesenvolvimento político-econômico, as mazelas e conflitos sociais cotidianos.

Marco Antônio de Almeida (2002) destaca que filmes de gênero policial foram utilizados naquele momento, entre os anos 1960 e 70, como meio de denúncia e crítica social. A literatura que trazia os conflitos dos grandes centros urbanos e a violência institucional, especialmente no pós-Golpe de 64, desembocava nos roteiros de cinema a oposição entre civilização, violência e barbárie presentes na rotina das capitais brasileiras. Como espetáculo das massas, o cinema reproduzia dilemas e tragédias de uma sociedade.

A principal fonte desses roteiros é a crônica policial e os romances-reportagens que, com uma narrativa mais detalhada, conseguiam driblar a censura à imprensa, exercendo uma função de denúncia. O sucesso de “Lúcio Flávio, o passageiro da agonia”, de José Louzeiro (1976), ajudou a popularizar o termo romance-reportagem, que se tornou então um novo gênero literário. Segundo Schneider (2014), os textos dos jornalistas-escritores contribuíram naquela época significativamente para a movimentação do mercado editorial. Ortiz Ramos (2004) observou que, nos anos 1970, um tipo de literatura naturalista inspirada no jornalismo enfoca casos policiais de grande repercussão na imprensa e alimenta o cinema com suas histórias. Os filmes que esses livros inspiraram também cumpriam o papel de representar uma realidade escamoteada pelo discurso oficial. Já Cosson (2007) afirma que a literatura brasileira da década de 1970 estava influenciada pelo jornalismo e fortemente engajada e comprometida com o momento histórico.

Embora os roteiros de “Lúcio Flávio, passageiro da agonia”, “Eu matei Lúcio Flávio” e “República dos assassinos” sejam obras de ficção, versões sobre fatos reais, eles representam um período da história, os problemas comuns a grandes metrópoles brasileiras nos anos 1970, causados pela urbanização acelerada produzida pela modernização conservadora e tardia, onde a violência urbana crescia de forma exponencial e o crime organizado se fortalecia e se aprimorava, movimento este facilitado pela associação de criminosos e contraventores com policiais e políticos corruptos (MISSE, 2011; JUPIARA; OTÁVIO, 2015).

O contexto político em que foram realizados e a riqueza de detalhes que oferecem os três longas-metragens convidam para uma viagem na história recente, a fim de pensar um tema especialmente atual: a violência de Estado, suas consequências e implicações. O cinema é um dos caminhos para se refletir sobre uma sociedade e sua conjuntura política, uma vez que oferece elementos importantes em que transparecem ideias, opiniões e relações de poder. Afinal, como acredita o cineasta Sílvio Tandler, imagem e imaginação fazem parte do conhecimento da história. E o cinema tem sido um grande veículo para descobrir e meditar sobre a nossa história.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Marco Antônio de. **Sangue, suor & tiros: a narrativa policial na literatura e no cinema brasileiros**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- ARANTES, Paulo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARGOLO, José Amaral. A caveira e a rosa: notas sobre Mariel Moryscotte. **Revista Pj:Br – Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, ano VI, n. 11, fev. 2009. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios11\\_b.htm](http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios11_b.htm). Consulta em: 24 mai. 2017.
- AUGUSTO, Sérgio: Apontamentos para uma história do thriller tropical. **Filme Cultura**, Embrafilme, Rio de Janeiro, n. 40, ago.-out. 1982.
- BARROS, José D'Assunção. Cinema e História: entre expressões e representações. In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção (orgs.). **Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema**. 3. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Algés: Difel, 2002.
- COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Brasília: Ed. UnB, 2007.
- COSTA, Márcia Regina da. Rio de Janeiro e São Paulo nos anos 60: a constituição do Esquadrão da Morte. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1998, Caxambu, **Anais...**
- \_\_\_\_\_. A violência disseminada: a violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? **São Paulo em Perspectiva**, v. 13 n. 4, out.-dez. 1999.
- \_\_\_\_\_. 1968: o Esquadrão da Morte em São Paulo. In: SILVA, Ana Amélia da; CHAIA, Miguel Wady (orgs.). **Sociedade, cultura e política: ensaios críticos**. São Paulo: Educ, 2003.
- DAEMON, Flora; MENDONÇA, Kleber. Entre a Lei e a execução: uma genealogia dos grupos de extermínio na imprensa carioca. In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Recife, PE, 2-6 set. 2011. **Anais...** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1246-1.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2016.
- FERRO, Marc. **Cinema e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- GUTFREIND, Cristiane Freitas. O filme e a representação do real. **E-Compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 6, ago. 2006.
- JUPIARA, Aloy; OTÁVIO, Chico. **Os porões da contravenção**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- MASSARO, Camilla Marcondes. Desemprego, repressão e criminalização social no Brasil: violência e encarceramento em massa. **Espaço Acadêmico**, n. 119, p. 28-35, abr. 2011.
- MISSE, Michel. Tradições do banditismo urbano no Rio: invenção ou acumulação social. **Semear**, PUC-Rio, n. 6, 2002. Disponível em: [http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/6Sem\\_15.html](http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/6Sem_15.html). Consulta em: 24 abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, Curitiba, out. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782011000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300003)>. Acesso em: 19 ago. 2016.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, televisão e publicidade**: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980. São Paulo: Annablume, 2004.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. Coleção Espaços.

SCHNEIDER, Sabrina. Ditadura militar e literatura “parajornalística”: desconstruindo relações. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 43, p. 111-132, jan.-jun. 2014.

SILVA, Aguinaldo. **Turno da noite**: memórias de um ex-repórter de polícia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

VICENTIN, Maria Cristina G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. **Tempo Social**, v. 23, n. 1, p. 97-113, jun. 2011.

### **Jornais**

A MISSÃO da diabólica do “Esquadrão da Morte” dos integralistas. **O Globo**, 19 mar. 1938. Matutina, Geral, p. 1 e 5.

LE COCQ vive “fim melancólico” no Rio. **Folha de S. Paulo**, 28 mai. 2006. Cotidiano.

NO CINEMA as façanhas do malogrado ás patrício. **O Globo**, 23 fev. 1939. Matutina, Geral, p. 1 e 2.

PACKARD, Reynolds. Prisioneiros e reféns sumariamente fuzilados. **O Globo**, 1 ago. 1936. Matutina, Geral, p. 2.

PONGETTI, Henrique. Júri da madrugada. **O Globo**, 20 jan. 1958. Matutina, Coluna Henrique Pongetti apresenta o show da cidade, p. 3.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Denise Pereira:** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-455-9



9 788572 474559